

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: UMA
OBSERVAÇÃO A CERCA DA PRESERVAÇÃO DA FAZENDA SÃO
BERNARDINO EM TINGUÁ-RJ**

Rodrigo Dias Mendes¹

Juliana Mayara de Lima Faustino¹

Fernanda Delvalhas Piccolo²

RESUMO

O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica e visitas de campo que está sendo desenvolvida desde 2013 no âmbito do Grupo PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural, do IFRJ Campus Nilópolis, a cerca da Educação Patrimonial na Baixada Fluminense, tendo como objeto de estudo a Fazenda de São Bernardino em Tinguá-RJ. Neste sentido, abordamos questões referentes à preservação deste patrimônio histórico cultural para a região e como a educação patrimonial pode despertar na sociedade a necessidade da conservação deste patrimônio, desta memória, que é tão importante para a identidade cultural e para o Turismo da localidade.

Palavras-chave: Patrimônio, Turismo, Memória, Identidade Cultural, Educação Patrimonial

¹ Graduandos do Curso Superior de Bacharelado em Produção Cultural – IFRJ (Campus Nilópolis) e Bolsistas do PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural. E-mail: produtorcultural85@gmail.com/ juu.faustino@hotmail.com

² Doutora em Antropologia Social. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Tutora do Grupo PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural. E-mail: fernanda.piccolo@ifrrj.edu.br



INTRODUÇÃO

Nova Iguaçu, é um município com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), considerado médio, é o 45º do Estado do Rio de Janeiro. É localizado na Baixada Fluminense, uma região que durante muitos anos foi estigmatizado pela mídia como violenta, de pobreza, que necessita de atenção das autoridades em vários segmentos.

No entanto, apesar de todos os problemas que existe neste município, ele é muito rico, seja em patrimônios históricos culturais, memória e história. O município de Nova Iguaçu possui doze patrimônios históricos culturais e dentre eles estão a Fazenda de São Bernardino, Estrada Real do Comércio e a Ferrovia Rio D'Ouro, que se localizam próximos a Tinguá.

Este bairro iguaçuano, possui características rurais e uma população de em média quinze mil habitantes e tem como um dos principais atrativos a Reserva Biológica de Tinguá (REBIO), que é uma das maiores conservação de Mata Atlântica do Rio de Janeiro. Graças a Reserva, o distrito de Tinguá conta com diversas ONG's relacionadas a proteção ambiental.

A partir de visitas de campo para o desenvolvimento de pesquisas do Grupo PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural em 2012 no município de Nova Iguaçu, onde a linha de pesquisa era o Turismo Cultural na Baixada Fluminense, percebemos a potencialidade turística de algumas atrações culturais para a localidade.

Durante as pesquisas de campo, constatamos através de relatos dos moradores da região, que os lugares mais lembrados pela população sobre o turismo é o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, a Fazenda de São Bernardino, o Bairro de Tinguá e a Festa do Aipim que é realizada anualmente com diversas atrações e comidas típicas do aipim produzidas pelos moradores de Tinguá-RJ.

Observamos também que para os moradores da Baixada, ter um patrimônio preservado e reconhecido é uma maneira de conservar a memória e identidade desse povo, além de ser uma possibilidade de incentivar economicamente a região através do turismo. Segundo MAIA (2003:1)

“A preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois este patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir às referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história”

TEMA

A escolha deste tema surgiu em 2013 quando iniciamos uma pesquisa no Grupo PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural intitulada: “Patrimônio Histórico Cultural e o Turismo: Reflexões e Observações a cerca das possibilidades e da preservação do patrimônio da região de Iguaçu Velho e Tinguá.”. Escolhemos como objeto de estudo a Fazenda de São Bernardino em Tinguá pela sua história e pela oportunidade de nós como agentes culturais contribuirmos para que a população de Tinguá preserve este patrimônio, que é nosso.

Neste trabalho, procuramos trabalhar os conceitos de Educação Patrimonial, despertando na sociedade o dever e a importância de preservar um bem e patrimônio cultural, promovendo um conhecimento a respeito de um passado, mostrando como o sentimento de pertencimento e a educação patrimonial são necessários para que este patrimônio e esta memória nunca sejam esquecidos e abandonados.

Optamos também por trabalhar o conceito de Turismo, relacionando a questão do patrimônio, ou seja, como ambos estão interligados, afinal um patrimônio preservado, contribui para que haja um potencial turístico e econômico para a localidade. E em suma trabalhamos a questão da memória. A sociedade e o poder público devem participar para que a memória deste patrimônio cultural, não seja apagada.

OBJETIVOS

- Despertar na sociedade através da educação patrimonial a necessidade de preservar um bem e um patrimônio histórico cultural;
- Promover uma troca de saberes com a sociedade para que possamos despertar em cada um o desejo de conhecer a história do passado da sua região e fazer com que eles saibam que através do seu sentimento de pertencimento com a sua localidade, a memória do seu município e de todos os bens materiais e imateriais que existem em sua região nunca será apagada.

METODOLOGIA

Neste trabalho, tomamos como objeto de pesquisa e estudo a educação patrimonial, exemplificando através da Fazenda de São Bernardino, questões referentes a preservação do patrimônio histórico e cultural para a manutenção da memória evocada por esse sítio.

Através disso, debateremos com respaldo de dados bibliográficos, a relação do tombamento para a preservação do patrimônio, visto que a Fazenda de São Bernardino se encontra tombada desde 1951 e atualmente seu estado de abandono impressiona e revela, através de depredações, o berço de uma história sendo esquecida e uma memória sendo apagada. Tendo em vista a questão da preservação da Fazenda para conservação desta memória e seu potencial turístico, no qual defenderemos como uma forma de potencializar a economia da região e até mesmo contribuir para a preservação.

Para isto abordaremos a possibilidade da participação da sociedade e de seu sentimento de pertencimento; e do poder público no papel de construir políticas patrimoniais que legitimem a preservação e no papel de incentivar medidas que incluam no currículo dos estudantes a chamada consciência histórica em âmbito local, regional e nacional para, então, garantir meios legais e eficientes que irão assegurar e garantir que essa herança perdure para ser transmitida a outras gerações.

Nesse contexto, uma rua, uma casa, um prédio, uma fazenda, não são puramente funcionais. Esses elementos da paisagem abrigam a memória e as experiências humanas significativas, é a idéia do espaço como uma marca. BERQUE, 1984 apud OLIVEIRA (2004:190).

JUSTIFICATIVA

PATRIMÔNIO: OBSERVAÇÕES A CERCA DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS E DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo a constituição federal de 1988(2003) artigo 216, define patrimônio cultural brasileiro como:

Os bens materiais e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão
- II. Os modos de criar, fazer e viver
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Destacando se aqui o inciso V, devido ao objetivo do presente artigo, podemos observar que no caso da Fazenda São Bernardino estamos diante de um conjunto arquitetônico com todos os requisitos para ser considerado e devidamente reconhecido como patrimônio.

E como não deveria ser diferente, a Fazenda conquistou seu título de patrimônio histórico em 1951. No entanto, esta medida não se mostrou suficiente para que o objetivo do tombamento fosse alcançado, visto que a Fazenda, hoje em ruínas, sofre a ação do tempo e a depredação da ignorância humana.

É indiscutível a importância da conservação de manifestações culturais, pois através destas contaremos a história de um povo, tratam-se de testemunhos do passado que como no caso de muitos conjuntos urbanos poderão ser refuncionalizados e reintegrados ao cotidiano da sociedade. Inúmeros casarões antigos passaram e passam por este processo, mas a questão que nos chama a atenção e questionamos quando diante das ruínas da Fazenda é por que esta construção não pode fazer parte deste conjunto de edificações refuncionalizadas e desta forma, dentro dos limites da sua preservação, reiterada ao dia a dia da sociedade a que pertence.

“a História está inserida no Patrimônio e o Patrimônio é o testemunho da História”. BARRETO 2001 apud OLIVEIRA (2004:190)

Antigamente o pensamento sobre o conceito de patrimônio chegou a ser a único, dando reconhecimento apenas a construções e demais manifestações expostas no inciso V. A política patrimonial mostra-se através de exemplos como a da Fazenda uma

política passível de ser repensada e reestruturada, afinal, além de por muitos anos não assistir às manifestações culturais de caráter imaterial e ainda hoje não fornecer instrumentos suficientes para tal conservação mesmo do patrimônio material, foi uma política elitista onde acabou por não dar a devida atenção a manifestações que não faziam parte do conjunto que viriam a favorecer os interesses de algumas classes. Segundo FONSECA (2003:65)

“a limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento teve como consequência a produção de uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição européia, que no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes”

Dentre deste aspecto, como já mencionado neste trabalho, vemos a relevância de tornar acessível o conhecimento sobre o patrimônio local, este que será um instrumento do processo de ensino. Preservar é tornar vivo um mundo de histórias e construções de uma sociedade passada que faz parte de nossa origem como irá abordar os estudos de GRUNBERG (2000:5)

“Os bens culturais são o ponto de partida do qual se originam um sem-número de informações, conhecimentos e enfoques. Eles servem como fonte primária de observação aberta à exploração. Neles se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes. A proposta de utilizá-lo como recursos educacionais, aplicando uma metodologia específica de trabalho, chamamos de Educação Patrimonial”

O que fica evidenciado também nesta abordagem é que tanto para promover o reconhecimento da sociedade no patrimônio quanto para a própria preservação do patrimônio, não basta apenas o tombamento deste, como nos mostra a visão de FONSECA (2003:69)

[...] instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural em uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático.

Entender patrimônio e todos os símbolos e significados que ele é capaz de evocar, necessita de um pensamento amplo por parte das políticas patrimoniais o que por muito tempo não foi considerado e ainda hoje, passa por um processo de expansão do conceito, onde veremos que o patrimônio mesmo material não é apenas uma obra arquitetônica a ser preservada, mas também, um relato do modo de vida de um povo e de uma época, como nos mostra PORTUGUEZ (2004:4)

[...] parece evidente a necessidade de se pensar os sítios históricos para além da arquitetura, pois esta é o resultado de um processo histórico, em que o mundo vivido sofreu interferências tempo culturais muito específicas, de acordo, com a gama de traços culturais que cada grupo imprimiu em seus espaços de vida social.

Logo, veremos ainda, que apenas tombiar ou reconhecer como patrimônio histórico e cultural não satisfaz a gama de necessidades de manifestação e construções históricas é preciso ir além a todos os sentidos não apenas no conceitual sobre, mas também nas ações que envolvam a preservação e manutenção destes relatos da memória. Como MAIA irá abordar:

“Não se entenda por preservação apenas o ato do tombamento. Preservar é conservar a memória, portanto conceito genérico que dá ao Poder Público o direito de, conforme a legislação, exercer todas as atividades administrativas indispensáveis ao fomento de ações de preservação, sem ferir direitos individuais.” MAIA (2003:2)

Fica evidenciado que o papel das políticas, que precisam ser ampliadas e de fato aplicadas, é fundamental, pois será o meio legal de assegurar a manutenção da memória evocada por estes patrimônios, porém é necessária a participação da sociedade nesse processo de preservação, onde MAIA (2003) defenderá ainda:

“Ao poder público compete, através dos meios de comunicação, de exposição e cursos, sensibilizar a população para a importância do assunto. O direito a memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio [...]” MAIA (2003:3).

Porém, através das brechas e falhas, que permitem o total abandono de alguns bens, deixadas por estas políticas é que a sociedade é privada de uma educação patrimonial e então muitas vezes questiona o valor de bens abandonados e desassistidos por elas.

“[...] essa informação chega até a população, dado o abandono daquelas edificações e, portanto, consideradas por eles também se valor” GAGLIARD (2011:67); ou ainda:

“[...] os objetos, independentemente do seu valor material, têm um valor sentimental para determinadas comunidades e, à medida que estas comunidades ganham maiores prestígios em relação às outras, se valorizam”. SANTOS, CHAGAS (2007)

Logo, vamos notar, também, que a preservação depende em grande parte da tomada de uma postura da sociedade, esta evocada apenas, pela sensação de pertencimento, que depende diretamente em parte da educação patrimonial a qual a maioria das instituições de ensino se encontra privada, esta sensação só será observada quando tal patrimônio é aceito e reconhecido pela sociedade como algo de real

importância para a sua história, cultura ou ainda de importância econômica quando tal patrimônio é integrado à economia como, por exemplo, quando integrado ao circuito turístico local, o que é possível quando, entre outros fatores, a curiosidade passa a ser despertada em seus possíveis visitantes como defende PORTUGUEZ (2004:4)

“Curiosidade que leva pessoas a realizarem viagens longas, para outros países e mesmo continentes, onde se resgata pelo turismo, uma série de fatos sobre os quais se estuda ou se ouve falar, mas que ganham sentido com a presença do indivíduo em lugares que representam importantes oportunidades de conhecer os vestígios glamurosos do passado”

Estas questões irão incentivar a conservação do patrimônio histórico e cultural e a criação de oportunidades para uma melhor qualidade de vida para a população. OLIVEIRA 2004 em seu trabalho nos mostra essas possibilidades:

“[...]o Patrimônio Histórico é a verdadeira máquina do tempo, impregnado de cultura onde se embarca em busca das viagens mais fascinantes no tempo e em épocas diferentes. Sendo assim, falar de Patrimônio Histórico é, por si só, um tema apaixonante. Unir este tema ao turismo e ao lazer significa prenciar múltiplas combinações que implicam possibilidades reais de melhorias na qualidade de vida das comunidades onde este patrimônio está inserido. Propicia, também, o resgate da importância de preservar os bens culturais e a memória seletiva.” OLIVEIRA (2004:193).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

UM EXEMPLO DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Como já citamos através dos estudos de NOELLI (2004:1412) a preservação do patrimônio depende diretamente do conhecimento sobre seu valor histórico, é preciso que a população conheça esse relato e se reconheça nessa história, também, como protagonista.

Desta forma em um país de tamanha diversidade como o Brasil, a questão da educação patrimonial se faz se de extrema necessidade, pois através dela poderemos compreender a formação da identidade e ainda valorizar e exigir do poder público medidas que contemplem os relatos da história dos diversos povos que por aqui passaram no passado e que hoje estão impressos em cada um de nós. Como irá nos mostrar GRUNBERG (2000:2):

“O Brasil é um país pluricultural, ou seja, se caracteriza pela diversidade cultural de suas regiões. São essas particularidades culturais que cada região possui que enriquecem e permitem o desenvolvimento cultural do país. São essas

características regionais que contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, na medida em que, incorporadas ao processo de formação do indivíduo, lhe permitem reconhecer seu passado, compreender o presente e poder modificá-lo.”

No entanto, falar de educação patrimonial vai muito além de promover o conhecimento a respeito do passado, este assunto inclui diversas questões culturais que devem ser levadas em consideração no momento de promover dentro de escolas e demais estabelecimento de ensino medidas para disseminar a preservação e a história local ou nacional, pois estamos lidando com um campo que não é apenas econômico como buscam a maioria dos jovens atualmente, estamos promovendo a construção de uma sociedade consciente de seu valor afetivo em relação ao passado, estamos acima de tudo incluindo histórias, povos e regiões naquilo que conhecemos como a história oficial contada por livros e atualmente disseminada na maioria das escolas, como nos mostra os estudos de CASCO (2006:3)

“Entretanto, é preciso considerar que tanto a educação como a preservação do patrimônio e da memória estão inscritas em territórios distintos como o político, o econômico e o social. No que diz respeito ao território social e aos elementos que o estruturam [...] Ensinar o respeito ao passado, mais do que a sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável [...]”

UMA OBSERVAÇÃO A CERCA DA FAZENDA DE SÃO BERNARDINO EM TINGUÁ- DO TOMBAMENTO AO SEU ESTADO ATUAL

A Fazenda de São Bernardino é um dos patrimônios mais conhecidos e de grande relevância para a região. Foi reconhecida primeiramente pelo prefeito Ricardo Xavier da Silveira ainda em 1940, como parte da identidade e da memória da região, este solicitou a preservação da Fazenda através da carta enviada ao diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Trechos da Carta do prefeito Ricardo Xavier da Silveira:

“Municipal de Nova Iguaçu
(Estado do Rio de Janeiro)
Gabinete do Prefeito 11 de janeiro de 1940.
Sr. Diretor::

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência cinco fotografias da Fazenda São Bernardino, que é uma das ‘casas grandes’ da antiga Província do Rio de Janeiro. Trata-se de uma construção que resistiu ao poder destruidor do tempo e dos

homens e que pelo seu vulto e pelas linhas parece dever ser considerada como um monumento a ser conservado, a qual pertence a um cidadão de poucas luzes e que, por isso, poderá destruí-la. Caso pelas fotografias enviadas conclua Vossa Excelência tratar-se um monumento histórico digno de ser incluído na relação dos monumentos nacionais, solicito a designação de uma pessoa afim de melhor estudar o caso. [...] A pessoa que for por Vossa Excelência designada será acompanhada por um funcionário qualificado desta Prefeitura, o qual dará os informes que forem necessários” (XAVIER SILVEIRA, 1940).

Em 1951 a fazenda conquista o título de patrimônio e recebe o tombamento pelo SPHAN, sob o número de inscrição 390, do Processo 432-T, do Livro “Belas Artes”, às folhas 76, a propriedade então recebe visita de historiadores e arquitetos que fazem relatórios e levantamentos sobre o estado da fazenda como o relatório mostrado por OLIVEIRA (2004:196):

Parte do relatório realizado pelos arquitetos Alex Nicolaeff e Fernando Abreu, do Instituto dos Arquitetos do Brasil em visita:

“A fazenda compõe-se de uma Casa Grande construída sobre um promontório que domina a região e de uma senzala, em nível inferior e junto à estrada de acesso que se estende (sic) até Tinguá. Na topografia local destaca-se um renque de palmeiras que marcava a ligação entre este conjunto e a estação da Estrada de Ferro.

Por toda a parte sente-se a decadência imposta pelo tempo e a falta de cuidados. No solar, em particular esta constatação é mais flagrante dada a riqueza anterior da qual só há vestígios. O casarão está perdido num imenso matagal que cobre o antigo jardim e a escadaria externa que arrematava a área de palmeiras imperiais com o platô elevado.

O reboco externo apresenta falhas e remendos nas paredes, cornijas, frisas e pilastras, da pintura amarelada só restam manchas.

A escada dupla da entrada principal mantém o gradil e a forma original num estado razoável embora o pátio em folha de cobre e estrutura metálica esteja a exigir reparos.

As janelas, com folhas divididas por um rico desenho na vidraçaria colorida, conservam, na maioria, seu pleno funcionamento sendo muitos, porém, os vidros quebrados

No beiral de telhas de louça azul muitas folhas e complementações executadas de forma indevida alteram o aspecto original.

No telhado notam-se defeitos que resultam goteira, substituição de grande área por telhas francesas e cumieiras e rincões com grotescos remendos em parte cimentados.

Internamente a impressão de abandono se acentua com as goteiras provocando a destruição praticamente irrecuperável de grandes trechos do forro em fino trabalho de estuque estando igualmente em decomposição o madeiramento do mesmo.

O lanternim da escada interna está parcialmente destruído assim como o seu emolduramento interno de gesso

O piso em geral e a escada citada, executados em madeira, têm resistido ao tempo.

A parte estrutural da cobertura é o ponto que apresenta os maiores cuidados para a recuperação dessa obra, pois são inúmeras as peças totalmente tomadas pelo cupim.

O casarão é habitado pelo proprietário, o idoso italiano Jacomo Gavazzi que se queixa das coisas de um modo geral e do D.P.H.A.N. que não dá atenção à sua propriedade.

Conta que em certa ocasião armou-se espingarda para enfrentar tentativas de invasão nas recentes agitações na região de Tinguá.

“O conjunto da antiga senzala sofreu uma decomposição equivalente, com adaptações para habitação de alguns poucos empregados”.

Por volta de 1975 a fazenda começa a passar por processo de desapropriação visando a construção de um “Parque de Múltiplo Uso” que seria um centro de recreação da Baixada, como uma tentativa de refuncionalização para desta forma despertar na população local o sentimento de pertencimento em relação à Fazenda, já que desta forma esta passaria a fazer parte do dia a dia dos moradores, fazendo com que estes contribuíssem, também para preservação do patrimônio, ainda em 1975 a fazenda, assim como a região na qual esta localizada, entrou para a relação de integrantes da zona turístico-cultural do município; no entanto o projeto de refuncionalização dependia de verba do governo federal e este não colaborou para sua execução.

Recentemente a Fazenda foi alvo de roubo de tijolos denunciado por órgãos municipais e até mesmo moradores que chegaram a receber ameaças, a depredação é constante em visitas realizadas em prol deste artigo verificamos a presença de lixo, artigos religiosos e pichações. O abandono fica evidenciado, como visto em visita técnica durante a pesquisa, pela quantidade de mato capaz ultrapassar a altura de 1.50, buracos são inúmeros no terreno que até 2010 ainda era alvo de disputa pela propriedade entre membros da família Gavazzi contra o Poder Público Municipal.

“No último sábado, dia 07/8, durante a Reunião para composição do Conselho Consultivo da REBIO do Tinguá, tomamos conhecimento de uma denúncia dando conta do furto de tijolos das ruínas da Fazenda São Bernardino. Além disto, a pessoa que nos relatou o fato foi ameaçada de morte. Diante do acontecimento, o que nos cabe no momento é acionar a Polícia Federal em Nova Iguaçu, o Ministério Público Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para que tomem as medidas cabíveis. Não podemos ficar calados diante de mais uma agressão a um importante bem cultural da Baixada Fluminense. Enquanto a família Gavazzi briga na Justiça contra o Poder Público Municipal pela posse definitiva daquelas ruínas e seu território, além do pedido de indenização, o monumento permanece no mais completo abandono e esquecimento.” AMIGOS DO PATRIMÔNIO (2010)

Fica, contudo, evidenciado que a fazenda constitui, ainda que em ruínas, um forte equipamento cultural dotado de rica memória para o país e para a região onde está localizada, esta cujo destino até então foi o abandono e a decadência faz parte de circuitos turísticos promovidos por agências locais, provando o grande interesse que é capaz de despertar ainda nos dias de hoje. Porém é necessária a tomada de medidas emergências para que este bem não seja completamente perdido.

Neste contexto, a preservação e a valorização para finalidades turísticas e culturais destes importantes fixos sociais, por onde escoaram sucessivos ciclos de

produção para os portos da Baía de Guanabara, são de extrema relevância para o resgate da memória, da história e do patrimônio iguaçuano.

Com isso vemos exemplificada a necessidade da educação patrimonial ser inserida no currículo escolar o quanto antes, pois este possibilitará acesso ao direito do cidadão de conhecimento de sua história e proporcionar a este uma formação consciente sobre sua região, papel que o governo pode e deve exercer através de medidas educativas, levando em consideração os universos à diversidade e toda cultura presente nas regiões do país.

“Elaborar projeto educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres.” CASCO (2006:2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de tombamento e conservação mesmo não fornecendo bases sólidas que garantam a efetiva conservação do patrimônio, são um meio necessário que oferece medidas legais para a manutenção da memória evocada por tal patrimônio, porém é preciso pensar preservação de forma ampla tendo em vista que a participação da sociedade é indispensável, pois esta garantirá o reconhecimento e valor para a conservação e refuncionalização de bens tombados, como defendido por alguns autores as políticas patrimoniais mais eficientes são aquelas que envolvem a comunidade em prol do patrimônio.

Porém a questão abrange muitos aspectos, que vão desde políticas que viabilizam a conscientização, reformulação do sistema de educação escolar e implantação da educação patrimonial para valorização do patrimônio local, regional e nacional; até o âmbito de quebra de paradigmas de elitização política, que perduram em vários aspectos e que acabam por valorizar e assistir uma determinada manifestação cultural, enquanto deixam outras completamente abandonadas. Ainda vale ressaltar que a questão da estigmatização de regiões como a Baixada Fluminense devem ser assistidas pelo poder público e através de medidas que mostrem o valor que a região abriga devem ser desconstruídas, o que se torna possível através do conhecimento e da educação

patrimonial que assegurara ao patrimônio histórico e cultural da região a função de instrumento informativo e de formação.

E então, através do conhecimento sobre sua história e de pertencer a região, será possível criar possibilidades de desenvolvimento como, por exemplo, o turismo que poderá proporcionar trocas culturais, crescimento econômico, a chance de melhor qualidade de vida para a população e, ainda, consolidará a preservação do patrimônio histórico e cultural e a valorização afetiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIGOS DO PATRIMÔNIO. **FAZENDA SÃO BERNARDINO: ABANDONO E DEPREDÇÃO**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2010. Disponível em <http://amigosdopatrimoniocultural.blogspot.com.br/2010/08/fazenda-sao-bernardino-abandono-e.html> Acesso em: 27 de março de 2013.

ARANHA, Nelson. [**FAZENDA SÃO BERNARDINO. Relatório apresentado ao Patrimônio Histórico e Projetos Turísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu.**](#) Disponível em: <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/content/texto004.pdf>. Acessado em: 29 de março de 2013.

BARRETO, Margarita. **O IMPRESCINDÍVEL APORTE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O PLANEJAMENTO E A COMPREENSÃO DO TURISMO** in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a01.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2013.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves. **FAZENDA SÃO BERNARDINO: UM MARCO NA HISTÓRIA IGUAÇUANA** in Revista Pilares da História, ano 1, Ed.: 01, Duque de Caxias/RJ. 2002, pp.: 45-46.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **"SOCIEDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL."** *Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (2006).

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação.** São Paulo. 2009>> http://books.google.com.br/books?id=jhjKlOIK-egC&pg=PA241&lpg=PA241&dq=hist%C3%B3ria+e+turismo+cultural++jose+newton+coelho+menezes&source=bl&ots=reNYdWNecJ&sig=0kmL6iQ3bqQ7ynP6uy_OC6zOmBU&hl=ptBR#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20e%20turismo%20cultural%20-%20jose%20newton%20coelho%20menezes&f=false Acesso em 09 de julho de 2013

DÓRIA, Luis Antônio. **MAXABOMBA E A IGUAÇU VELHA**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.rdvetc.com/2011/maxabomba-e-a-iguacu-velha/>. Acesso em: 29 de março de 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **PARA ALÉM DA PEDRA E CAL: POR UMA CONCEPÇÃO AMPLA DE PATRIMÔNIO CULTURAL.** In ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GAGLIARDI, Clarissa. **AS CIDADES DO MEU TEMPO: TURISMO, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM BANANAL.** São Paulo. FAPEST, 2011.

GRUNBERG, Evelina. **"EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UTILIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS."** *Cadernos do CEOM, Centro de Organização da memória do Oeste-Chapecó, ano 14* (2000): 159-180.

MAIA, Felícia Assmar. **DIREITO A MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL E O PODER ECONÔMICO.** In *movendo ideias*, Belém. V8, n.13, p.39-42, junho de 2003.

NOELLI, Francisco Silva. **"EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RELATOS E EXPERIÊNCIAS."** *EDUCAÇÃO & SOCIEDADE* 25.89 (2004): 1413-1414.

OLIVEIRA, R. S. **A FAZENDA SÃO BERNARDINO COMO EXEMPLO DA REALIDADE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA BAIXADA FLUMINENSE:**

DA POTENCIALIDADE PARA O TURISMO CULTURAL AO ABANDONO. In: Rafael da Silva Oliveira. (Org.). Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004, p. 190-211.

PEREIRA, Franz Kreüther Galvão. **EDUCAÇÃO IGUAÇUANA: A TRISTEZA DA FAZENDA SÃO BERNARDINO**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.esteblogminharua.blogspot.com.br/2009/02/tristeza-da-fazenda-sao-bernardino.html>. Acesso em: 27 de março de 2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **TURISMO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**. São Paulo, ROCA, 1.ed. 2004.

|
SANTOS, M.S., CHAGAS, M.S. **A LINGUAGEM DE PODER DOS MUSEUS**. In: ABREU, R., CHAGAS, M.S., SANTOS, M.S. (orgs) Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P.12-19